

Governo adia a divulgação

NEGÓCIOS

do novo pacote econômico

Brasília — O pacote econômico destinado a baixar a inflação, em elaboração nos ministérios econômicos, só deverá ser conhecido amanhã à tarde, segundo previsão do porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila. O Presidente Figueiredo chega do Rio amanhã às 13h e vai para a Granja do Torto, para onde deverão seguir os ministros da área econômica após a reunião do Conselho Monetário Nacional, transferida de hoje provavelmente para amanhã. A reunião da CMN, porém, poderá ser transferida para sexta-feira, e neste caso o pacote não deverá sair esta semana.

Seu adiamento, segundo colaborador de um dos ministros envolvidos na elaboração do pacote, pode ser creditado a duas razões básicas: 1) o representante do Brasil na diretoria do FMI, Alexandre Kafka, transmitiu às autoridades, segunda-feira, a impressão de que o Fundo deverá ser tolerante com os estóculos do primeiro trimestre e liberar os recursos num prazo suportável para o cronograma dos compromissos externos; 2) pela primeira vez, embora informalmente, o Governo procura conjugar os cortes dos três orçamentos — do Tesouro, das estatais e monetário.

Divergências

O pacote continua sendo alterado como consequência de sucessivas reuniões, que agora contam com a participação de colaboradores informais do Governo, como o ex-Ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, e Julian Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia—Ibre, responsável pela apuração do índice de inflação.

Ontem à noite discutiu-se a validade do imposto-calamidade, que seria cobrado através do Imposto de Renda, que poderia ser prejudicial do ponto-de-vista político, confundiu a fonte. Outro assunto sem decisão final é o tamanho e o detalhamento do corte a ser feito nos investimentos das empresas estatais. A fonte referiu-se a 12% reais sobre o número atual de Cr\$ 5 trilhões 100 bilhões, ou Cr\$ 620 bilhões, atingindo desde a compra de tapetes até a reforma ou construção de sedes das empresas. Quando se discute a redução dos juros, obtida pela eliminação dos limites quantitativos de crédito, há uma corrente que argumenta que isso só seria eficaz se o Banco do Brasil deixar de atuar como autoridade monetária, mas a reforma bancária foi eliminada temporariamente do pacote.

Assim, de acordo com duas fontes, uma da área monetária, são constantes as mudanças do pacote, embora a parte técnica tenha sido concluída, com alternativas, por volta do meio-dia de ontem, e enca-

minhadas ao Gabinete Civil, com eventuais divergências administradas pessoalmente pelo Presidente com a assessoria dos Ministros Delfim Neto e Leitão de Abreu.

O dia de ontem foi repleto de novas reuniões, das quais participaram os Ministros Delfim Neto, do Planejamento; Ernane Galvêas, da Fazenda; Carlos Langoni, presidente do Banco Central; e as assessorias. De uma das reuniões o professor Bulhões saiu recomendando sinteticamente o que defende há anos: supressão dos subsídios, expurgo de seu impacto nos índices de preços e livre negociação acima de três salários-mínimos. O líder do Governo, Nelson Marchezan, revelou-se no entanto contrário ao expurgo do INPC, e disse que desde o início tenta influir na elaboração do pacote em favor de medidas com menor impacto social.

Mas a mais contundente declaração de um político do PDS partiu do Senador Murilo Badaró (MG), vice-líder do Governo.

— Ainda que o pacote seja a solução técnica para debelar a crise, pode acabar sendo o epitáfio do PDS.

Ele defende a união de todos os partidos em torno de um consenso para a adoção de medidas na área econômica, que acha necessário para salvaguardar a abertura democrática. Seu conterrâneo Tancredo Neves, Governador de Minas Gerais, do PMDB, admitiu que no atual estágio da inflação só medidas drásticas, que penalizam a todos, inclusive o setor financeiro, conseguiram ser eficazes.

Sem desindexação

Às 22h5m de ontem, quando os Ministros Ernane Galvêas e Delfim Neto deixaram o Palácio do Planalto, responderam da seguinte forma à pergunta sobre expurgo do INPC e desindexação da economia:

Galvêas: "Isso não está em cogitação. Que eu saiba, não está em consideração. Essa pergunta deve ser feita ao Delfim."

Delfim: "Não há nenhuma ideia de desindexar coisa nenhuma. O que nós estamos fazendo é reduzir os subsídios do setor agrícola, e para isso estamos indexando realmente o crédito do setor agrícola à correção monetária. Essa redução dos subsídios será gradual".

Disse que a viagem do Presidente Figueiredo ao Rio não afeta o cronograma de elaboração do pacote, porque ele viaja estudando e pensando no assunto. Galvêas fez um longo raciocínio sobre a necessidade de reverter o processo inflacionário, causador das elevadas taxas de juros, num processo que acaba afetando o trabalhador, que perde seu emprego. Segundo Galvêas, é por isso que o Governo tem de agir com rapidez e eficiência.